

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: território, escala de análise e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GEOGRAFIA E POLÍTICA: TERRITÓRIO, ESCALA DE ANÁLISE E INSTITUIÇÕES¹

GEOGRAFÍA Y POLÍTICA: TERRITORIO, ESCALA DE ANÁLISIS Y INSTITUICIONES

Fernando Dreissig de Moraes
Licenciado em Geografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul –
fernando.moraes@rocketmail.com

Discussões relativas à Globalização e ao fortalecimento da escala local, o suposto enfraquecimento do Estado-Nação, o ressurgimento dos nacionalismos, o aumento crescente do fluxo de mão-de-obra, capital e informação, entre outros temas remetem a uma valorização da Geografia Política. Dessa maneira, a relação entre espaço e política, junto com o debate acerca destes e de outros temas contemporâneos constituem o eixo central da obra “Geografia e Política: território, escala de ação e instituições”, de autoria de Iná Elias de Castro.

Iná Elias de Castro é geógrafa, professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo realizado pós-doutorado na Université de Paris V – Sorbonne. Entre outras obras da autora, destacam-se *O Mito da Necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*, além do célebre *Geografia: conceitos e temas*, do qual é uma dos organizadores. *Geografia e Política* tem sua primeira edição lançada em 2005 pela Editora Bertrand Brasil.

Na presente obra, a autora organiza suas idéias em introdução, 5 capítulos e a conclusão. Na introdução, faz-se uma reflexão do debate e da função da Geografia Política na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que realiza um levantamento histórico do pensamento na relação entre espaço e política. O segundo capítulo destina-se ao debate entre território e conflito, quando se apresenta um interessante estudo sobre a Geografia e suas

¹ O presente trabalho constitui uma resenha da obra cuja referência encontra-se no topo da página.

implicações junto à política. O capítulo 3 trata de problemas referentes ao poder e ao poder político, trazendo à tona questões como territorialismo, administração pública e modelo de Estado moderno territorial. O quarto capítulo denomina-se “Espaço e representação política”, no qual a autora discute a Geografia dos processos eleitorais. O quinto capítulo versa mais especificamente sobre o Brasil, e o sexto é destinado para a conjuntura internacional contemporânea.

Na introdução (primeiro capítulo), Iná Elias de Castro objetiva justificar a importância da Geografia para o estudo de fenômenos políticos, delimitando, inclusive, alguns temas pertinentes para a pesquisa nesse ramo do conhecimento que reforcem seu escopo teórico. Ainda na introdução, faz-se um resgate da Geografia Política ao longo dos últimos séculos, desde a origem do termo, com o filósofo francês Turgot em 1750, passando pelo período de enfraquecimento em função da ascensão de regimes nazi-fascistas, até a renovação ocorrida entre as décadas de 1970 e 1990. Por fim, a autora realiza alguns apontamentos referentes ao atual cenário da política contemporânea mundial através dos desdobramentos posteriores ao 11 de setembro de 2001, constatando a complexidade do momento atual em função da visibilidade e da aceleração dos tempos, de ritmos e interesses que interagem em diversas escalas de modo nem sempre regular.

No segundo capítulo, denominado “Relações entre território e conflito: o campo da geografia política”, as bases conceituais da Geografia Política são apresentadas sob a óptica dos interesses e das repercussões no território. Primeiramente, realiza-se a apresentação de uma série de argumentos que propiciam o entendimento da política pelo viés geográfico, passando pela consolidação da geografia como disciplina acadêmica e a consolidação do Estado moderno territorial; pelo significado do termo *política* e o campo de estudos da Geografia Política.

Em um segundo momento, Iná Elias de Castro destaca a importância do contexto político-territorial e a sistematização da produção científica da época na institucionalização da disciplina e de outras ciências sociais. Outros importantes apontamentos referem-se à polêmica concernente à utilização do

conhecimento geográfico pelo poder, objetivando a idéia do sentimento de nação. O enfraquecimento da disciplina, conforme a autora, é devido à intrínseca ligação do conhecimento geográfico nas disputas territoriais entre os Estados, além da ascensão do determinismo geográfico.

Na terceira parte deste capítulo, as propostas de Friedrich Ratzel para uma geografia política são resgatadas a partir do contexto político e filosófico que o influenciou; além disso, traça-se uma relação entre Ratzel (Estado forte/Nacionalismo) e Maquiavel (Absolutismo Monárquico). Por fim, tenta-se estabelecer o campo para a Geografia Política contemporânea a partir da idéia de que a relação entre “[...] *política* – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o *território* – base material e simbólica da sociedade – constituem o campo da geografia política” (CASTRO, 2005, p. 79), identificando como o fenômeno político influencia o espaço (grifo nosso).

“O poder e o poder político como problemas”, o terceiro capítulo, objetiva a apresentação de conceitos que permitam a interpretação de temas clássicos pertinentes à Geografia Política, tais como a ordem estatal contemporânea e suas influências no território. Primeiramente, realiza-se uma discussão sobre o poder e as condições que definem sua territorialidade, apresentando os tipos de poder (despótico; político e fundado na autoridade). Ainda neste capítulo, o modelo de Estado territorial moderno é tratado a partir dos seus elementos fundadores, partindo para a exemplificação desse processo no Brasil. A administração pública compõe-se de “um conjunto de órgãos encarregados especificamente de tarefas de interesse geral que a iniciativa privada não pode ou não considera vantajoso realizar” (CASTRO, 2005, p. 127), e essas tarefas de interesse geral tornam-se, portanto, tarefa do Estado.

Finalizando o capítulo, lança-se o debate acerca de centralismo e federalismo. O Estado Unitário (central), como a França, é pontuado pelo alto grau de homogeneidade e coesão interna, concentrando-se na Capital o exercício da administração. O Estado Federal, tal como nos Estados Unidos da América, funda-se na diversidade e origina-se no pacto de coexistência firmado entre as diferentes regiões e povos que o formam.

O quarto capítulo denomina-se “Espaço e representação política. Geografia eleitoral”. Em um primeiro momento, a autora busca a apresentação da dimensão geográfica dos sistemas de representação política, pois sempre há um interesse territorial em disputas políticas. A representação política torna-se, por conseguinte, uma questão polêmica em função dos critérios a serem utilizados em busca de uma proporção que atenda de maneira igualitária os diversos interesses regionais.

No mesmo capítulo, os sistemas eleitorais são referenciados, destacando-se duas dimensões: a social, que define o direito de quem pode eleger e ser eleito; e a espacial, que define um número de representantes de acordo com cada recorte territorial. Existem dois tipos de sistemas eleitorais: *majoritários*, cujos assentos parlamentares são destinados àqueles com maior número de votos; e *proporcionais*, no qual cada partido político tem uma participação percentual sobre a totalidade da representação no parlamento. Por fim, a autora apresenta o sistema eleitoral, a estratégia político-territorial no e o comportamento eleitoral no Brasil, destacando o papel da Geografia na compreensão desses fenômenos.

O capítulo 5 é “Estado e território no Brasil Contemporâneo”, e nele a autora apresenta uma série de sugestões de temas para pesquisa em Geografia Política no Brasil, privilegiando as escalas nacional e regional dos fenômenos políticos. Primeiramente, são apontados os problemas do federalismo, que pouco respeitou as especificidades regionais do país.

Em um segundo momento, Iná Elias de Castro apresenta os problemas referentes ao sistema de representação proporcional, que tradicionalmente vem prejudicando unidades federativas populosas, como São Paulo, pela sub-representação, e beneficiando pequenos estados pela sobre-representação, o que pode teoricamente implicar em maior facilidade para o estabelecimento de oligarquias políticas dessas regiões. A autora comprova esse problema através da apresentação de uma série de tabelas nas quais são visualizadas as distorções promovidas pelo sistema proporcional no Brasil. Ainda nesse tema, os problemas e debates relativos às disparidades regionais são expostos,

inclusive a questão dos regionalismos e da distribuição de recursos institucionais para os municípios.

O último capítulo chama-se “O sistema internacional contemporâneo: globalização e organizações supranacionais”, possuindo como enfoque a escala global. O objetivo consiste na discussão da atual conjuntura da organização do espaço mundial e os processos dela decorrentes. Primeiramente, trata-se da globalização, fenômeno que deve ser levado em conta em qualquer análise do espaço geográfico como totalidade. Desse modo, emerge a polêmica da dimensão sobre economia global entre os intelectuais céticos e os radicais, além da diferenciação do espaço entre os locais que ganham com esse processo (“luminosos”) e os que perdem (“opacos”).

Um processo que fomenta a Globalização é a aceleração dos tempos promovida pelos avanços tecnológicos e informacionais. Alguns elementos e instituições são destacados na constituição da base material e decisória desse sistema: mercado, empresa, trabalho, Estado e território. A autora apresenta, com o objetivo de enfatizar esse argumento, uma variada gama de esquemas e gráficos que sintetizam suas idéias a respeito do processo de Globalização.

Ao tratar do novo sistema internacional, Castro explicita seu entendimento sobre relações internacionais: “[...] a negociação de interesses conduzida pelos Estados como atores políticos credenciados para tal e as diferentes perspectivas sobre os formatos possíveis para essa relação”. (CASTRO, 2005, p. 244). A cooperação entre os blocos regionais, a questão militar, as organizações internacionais (como a ONU) também são analisadas.

Na conclusão, “Reencantando a Geografia Política”, a autora resume brevemente algumas das idéias apresentadas e lança uma série de questionamentos, como a representação dos imigrantes nos processos eleitorais; a expansão da democracia representativa para um número crescente de países; o caudilhismo remanescente e a politização da religião em países de periferia.

Geografia e Política: território, escala de ação e instituições consiste em uma leitura extremamente importante dentro da temática da Geografia Política e da relação entre espaço e política, seu objeto de estudo. Mesmo sendo

escrito por uma geógrafa, a leitura é perfeitamente acessível a outras áreas do conhecimento, principalmente para as Relações Internacionais e para a Ciência Política.

Os capítulos são divididos de modo que são pontuadas claramente as dimensões e possibilidades de estudo da Geografia Política, facilitando a compreensão do leitor. Os gráficos e tabelas apresentados nos capítulos 5 e 6 auxiliam o entendimento das idéias da autora.

Recomenda-se a leitura para aqueles que iniciam seus estudos a respeito da dimensão política do espaço, bastante esquecida durante o início do século passada, mas resgatada nas últimas décadas do mesmo. Os leitores certamente encerram a leitura do texto com muitos questionamentos e reflexões sobre a essência da Geografia Política e suas possibilidades de pesquisa.